

Cómo citar este trabajo: Nascimento, R.; Hellmann, F e Garcia, O.R.Z (2023). Gravidez de pessoas transmasculinas: paradoxo ou reinvenção da masculinidade?. *Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*, 9, 77–93. <https://doi.org/10.46661/relies.8091>

Gravidez de pessoas transmasculinas: paradoxo ou reinvenção da masculinidade?

Pregancy of trans masculine people: paradox or reinvention of masculinity

Ricardo Nascimento

Universidad Federa de Santa Catarina
ricardonccs@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7419-458X>

Fernando Helmman

Universidad Federal de Santa Catarina
hellmannfernando@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4692-054>

Olga Regina Zigelli Garcia

Universidad Federal de Santa Catarina
Laboratório de ensino, pesquisa e extensão em sexualidades – AFRODITE
zigarcia@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3636-8822>

Resumo

Nas últimas décadas, a população de pessoas trans, também conhecida por população T, vem aumentando a cada dia, visibilizando sua existência e trazendo novas demandas para os profissionais de saúde, entre elas, a da maternidade e/ou paternidade biológica. Sem a pretensão de esgotar a temática, este artigo objetiva refletir sobre a gravidez de pessoas transmasculinas, questionando se esse fenômeno se trata de paradoxo ou da reinvenção da masculinidade. Para refletir sobre essa questão, os autores partem de uma discussão sobre o corpo enquanto uma construção social, colocando, na sequência, a masculinidade em foco para, então, evidenciar o fenômeno da gravidez transmasculina. Concluem que a gravidez de homens trans é a possibilidade de realização de um desejo pessoal de constituição de família e que eles têm capacidade biológica e o direito de gestar, sem que isso deslegitime sua identidade, uma vez que não deixam de ser homens por isso; ao contrário, estão apontando para as múltiplas possibilidades que a diversidade humana abarca. Ao final, deixam registrado que reflexões sobre gravidez de pessoas transmasculinas são importantes para combater o preconceito e a discriminação, contribuindo para mudanças estruturais na construção social feita em torno da masculinidade, feminilidade e na própria ideia de concepção.

Palavras-chave: Masculinidade; homens trans; gravidez.

Abstract

In recent decades, the population of trans people, also known as the T population, has been increasing every day, making its existence visible and bringing new demands to health professionals, including motherhood and/or biological fatherhood. Without intending to exhaust the theme, this article aims to reflect on the pregnancy of male transgender people, questioning whether this phenomenon is a paradox or a reinvention of masculinity. To reflect on this issue, the authors start from a discussion about the body as a social construction, placing, in sequence, masculinity in focus, and then highlighting the phenomenon of transmasculine pregnancy. They conclude that the pregnancy of trans men is the possibility of fulfilling a personal desire to start a family and that they have the biological capacity and the right to give birth, without this delegitimizing their identity, since they do not cease to be men because of this, on the contrary, are pointing to the multiple possibilities that human diversity embraces. At the end, they point out that reflections on the pregnancy of transmasculine people are important to combat prejudice and discrimination, contributing to structural changes in the social construction made around masculinity, femininity and in the very idea of conception.

Keywords: Masculinity; trans men; pregnancy.

Cómo citar este trabajo: Nascimento, R.; Hellmann, F e Garcia, O.R.Z (2023). Gravidez de pessoas transmasculinas: paradoxo ou reinvenção da masculinidade?. *Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*, 9, 77–93. <https://doi.org/10.46661/relies.8091>

1 Introdução

A construção da família nuclear naturalizada (pai-homem, mãe-mulher e filhos) como família natural é uma construção social. Esse modelo, apoiado na cultura moral judaico-cristão-muçulmana, funda-se na norma heterossexual e reprodutiva como único local legítimo de procriação. Nessa concepção, a gravidez/maternidade é facultada somente à mulher. Nas últimas décadas, no entanto, a população de pessoas trans¹, também conhecida por população T, vem aumentando sua visibilidade, questionando certezas e trazendo novas demandas sociais. Entre essas demandas, a da maternidade e/ou paternidade biológica vem se tornando recorrente em alguns serviços de saúde, o que corrobora os achados de Tornello e Bos (2017) e Stambuk *et al.*, (2019), cujas investigações demonstram que o desejo pela parentalidade por parte de pessoas trans tem se evidenciado.

No que se refere à paternidade de homens trans, a possibilidade de optarem por ter filhos biológicos parece ser um paradoxo, pois sua gravidez pode ser socialmente vista como incompatível com a identidade masculina, uma vez que é compreendida socialmente como uma antítese ao que é ser um homem (Hérault, 2011). Nesse sentido, a possibilidade de uma gestação paterna por homens trans grávidos, desestabiliza a gravidez como atributo exclusivo do que compõe o feminino e a feminilidade, essa última, em um primeiro olhar, aparentemente negada por pessoas que buscam através do processo transexualizador a virilização de seus corpos.

Monteiro (2017), em um artigo intitulado ‘cavalos-marinhos: gestação e masculinidades trans’, no qual apresentou os resultados de seu estudo sobre homens trans que passaram ou estavam passando pela experiência da gestação, afirma que o que possibilita a gravidez de homens trans é o fato da transmasculinidade (e transgeneridade em geral) ser múltipla. Sem dúvida, ao engravidar, esses sujeitos desafiam as convenções de gênero que definem o corpo grávido com expressão e papéis atribuídos ao feminino. Essa desestabilização dos pressupostos falaciosos sobre sexo e gênero, bem como da estrutura cisheteronormativa subjacente (e constantemente reiterada pela sociedade) à constituição de uma família, é sentida como uma ameaça.

Sem a pretensão de esgotar a temática, este artigo reflete sobre a gravidez de pessoas transmasculinas, questionando se tal fenômeno trata-se de paradoxo ou da reinvenção da masculinidade. Para pensar sobre esta questão, primeiramente, discutiremos sobre o corpo enquanto uma construção social e, na sequência, colocamos a masculinidade em foco para, então, evidenciar o fenômeno da gravidez de homens trans.

¹ Ao longo deste artigo, o termo ‘trans’ será usado para descrever as pessoas nas quais não existe concordância entre a sua identidade de gênero e sexo designado à nascença. Essa escolha reside no fato desse conceito, metaforicamente, ser um guarda-chuva que engloba a experiência de pessoas transexuais, travestis e transgênero.

2. Corpo enquanto construção social

A tese de que o corpo é uma construção social, moldado por valores culturais e suas normas, é ponto de partida dos estudos de gênero. Segundo Deleuze e Guattari (1995), é no corpo material que se inscreve a aparência como imagem de um sujeito que, para além de órgão e tecidos, possui um corpo semiótico, formado pelo conjunto de signos que ordena e é ordenado pelas relações sociais. Dessa forma, a construção e as modificações do corpo trans implicam no deslocamento/apagamento das fronteiras normatizadoras do sexo e do gênero. Os discursos normatizadores do corpo e do gênero se valem de um dispositivo de controle sobre a sexualidade, operacionalizado em redes de saberes e poderes nas quais se destacam intervenções e discursos biomédicos e jurídicos (Foucault, 2013). Portanto, “os corpos já nascem implicados pela cultura, já nascem determinados por tecnologias discursivas arraigadas que irão definir as formas mais adequadas de se fazer os gêneros” (De Sá Bello *et al.*, 2020:1)

Bourdieu (2012:33) defende que o corpo é construído socialmente, ao afirmar que a “definição social do corpo e, especialmente dos órgãos sexuais, é produto de um trabalho social de construção”. Para esse autor:

São as diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino que são percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica. [...] não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, de ponto de honra caracteristicamente masculino; e instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido de gêneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas. [...] é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos.

A esse pensamento, Butler (2010:59) acrescenta que “o corpo não é uma superfície pronta à espera de significação, mas um conjunto de fronteiras individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas”. Sendo assim, “é uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e heterossexualidade compulsória” (Butler, 2010:198).

Sob essa luz, Bourdieu (2012:20), afirma que a diferença biológica, anatômica, entre os corpos e órgãos sexuais, serve de “justificativa natural para uma diferença socialmente construída entre os gêneros” o que talvez explique a necessidade da busca, pelos homens trans, de adequação do corpo para a emergência daquilo socialmente visto como “masculino”. A esse respeito, o autor, evidencia que os atributos ou símbolos socialmente ligados aos órgãos sexuais, como a virilidade do homem como questão de honra, a ereção, o enchimento, possam ser considerados como estratégia, através da qual um princípio de visão social de uma diferença anatômica socialmente construída fundamenta uma posição social de dominação ao homem. Assim, afiança Bourdieu (2012:41):

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros, se inscrevem, progressivamente, em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a

classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas, segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino.

Partindo do princípio que existe apenas uma existência relacional, Bourdieu (2012:34) afirma ainda que cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, sendo necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto (sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes); isto é, como *habitus* viril, e, portanto, não feminino, ou feminino, e, portanto, não masculino. A questão principal seria a de revelar os processos responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural, devolvendo assim à diferença entre o masculino e o feminino seu caráter puramente arbitrário e contingente. As aparências biológicas, conjugadas aos efeitos reais nos corpos e mentes, do “longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social” (Bourdieu, 2012:4), seriam capazes de inverter efeitos e causas, naturalizando, assim, essa construção social. Dessa forma, segundo o autor, durante a socialização, homens e mulheres incorporam — como esquemas inconscientes de percepção e apreciação — as estruturas históricas da ordem masculina, arriscando-se a utilizar modos de pensamento que também são produtos dessa mesma dominação. Sob essa perspectiva, pode-se dizer que o corpo trans também é político, pois como considera Foucault (2013:22):

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição; o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

Bourdieu (2012:31,38) destaca também a importância de desvelar os processos responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural; devolvendo, assim, à diferença entre o masculino e feminino seu caráter puramente arbitrário e contingente. As aparências biológicas, conjugadas aos efeitos reais nos corpos e mentes, do “longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social”, seriam capazes de inverter efeitos e causas, naturalizando, assim, essa construção social. Dessa forma, durante a socialização, homens e mulheres incorporam — como esquemas inconscientes de percepção e apreciação — as estruturas históricas da ordem masculina, utilizando modos de pensamento que também são produtos dessa mesma dominação. Essa concordância entre as estruturas objetivas e cognitivas, entre a “conformação do ser e as formas do conhecer, entre o curso do mundo e as expectativas”, é capaz de fazer com que a divisão entre os sexos aparente ser algo natural e inevitável, objetivamente presente nas coisas, no mundo social e igualmente incorporada nos corpos e *habitus* dos agentes. Bourdieu (2012:34), no entanto, adverte que a subversão a essa ordem é sempre uma possibilidade:

O objetivo de todo movimento de subversão simbólica é operar um trabalho de destruição e de construção simbólicas, visando impor novas categorias de percepção e de avaliação, de modo a construir um grupo, ou mais radicalmente, a destruir o princípio mesmo de divisão segundo o qual são produzidos, não só o grupo estigmatizante, como também o grupo estigmatizado. O trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente performativa de nominação que oriente e estructure as representações, a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada); ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo o

que caracteriza pertencer ao outro gênero — e em particular todas as virtualidades biologicamente inscritas no ‘perverso polimorfo’.

Importante destacar que, apesar dessa possibilidade de subversão à ordem, ainda que muitas pessoas trans busquem adequar-se às normas em seus processos de transição no gênero, por meio da exploração da plasticidade de seus corpos, os serviços de saúde ainda não conseguiram estabelecer um diálogo com as interpretações que a população trans realiza de si mesma em seus processos de modificação corporal, o que denuncia a naturalização e a essencialização (cis)normativa (Rocon *et al.*, 2017).

3. Masculinidades em Foco

A masculinidade não é exclusividade da cisgenaridade, uma vez que a emergência das identidades transmasculinas tem apontado para diferentes masculinidades. Falar de masculinidades também é pensar sobre a existência da dominação masculina como uma forma de violência simbólica que opera, sobretudo, através da naturalização das diferenças corporais biológicas entre homens e mulheres, o que acaba escondendo o caráter histórico e social dessa dominação (Bourdieu, 2012).

Ávila (2015) afirma que, apesar do caráter individual da trans-experiência, ela é marcada pelo contexto da vida social no qual os homens trans estão inseridos sendo, portanto, construída coletivamente. Com esse olhar, pode-se afirmar que a masculinidade trans é um fenômeno social heterogêneo em que as experiências corporais são variadas, havendo diferentes formas de modificações corporais feitas pelos homens trans a fim de masculinizar seus corpos. No cotidiano:

Essas formas variam desde a utilização de roupas ou acessórios visto como ‘masculinos’, a utilização do *binder* (faixa ou colete feita com tecido elástico que tem a função de comprimir e esconder as mamas), o *packer* (prótese em formato de pênis que podem ser utilizadas para fazer volume na roupa, para urinar em pé e para fazer sexo), o *pump* (‘bomba de sucção’, que pode ser feita, retirando a parte do bico de uma seringa e serve para estimular o crescimento do clitóris). Para além desses aparatos, são utilizados fármacos a base de testosterona com o objetivo de provocar o crescimento da barba, engrossar a voz, redistribuir a massa corporal e interromper aquilo que alguns homens trans chamam de ‘monstruação’ (referindo-se à menstruação). Nesse sentido, a testosterona é utilizada também como forma de contraceptivo. Alguns realizam intervenções cirúrgicas, sendo a mamoplastia masculinizadora - cirurgia plástica de masculinização das mamas - a mais desejada e a mais realizada entre os homens trans. (Rego, 2014:5).

Nem todos os homens trans desejam ou possuem possibilidades de realizar essas modificações corporais, mas existem possibilidades comuns que são diariamente compartilhadas e discutidas entre eles, a exemplo da hormonioterapia. A testosterona sintética, por eles utilizada, pode ser considerada um medicamento de gênero por meio do qual os corpos são generificados e as identidades corporificadas em termos de diferença sexual, passando a ser uma condição *sine qua non* nos processos de construção das masculinidades transexuais (Rego, 2014).

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do programa chamado “Processo Transexualizador”, ampliado pela Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013, operacionaliza a assistência médica para essa transição, ampliando os procedimentos ambulatoriais e hospitalares

para a população de homens trans, incluindo as cirurgias de redesignação sexual, histerectomia², ooforectomia bilateral³ e mastectomia⁴ (BRASIL, 2012). A criação de ambulatórios voltados especialmente para a saúde da população transexual, travesti e *gay*, tirou o foco na cirurgia de transgenitalização. “A ida ao médico e ao psicólogo, para ter acesso a receitas legais para a compra de ésteres de testosterona, pode ser o único objetivo dentro desse atendimento em saúde para muitos sujeitos” (Vieira; Porto, 2019:14). No entanto, vários estudos apontam que a hormonização da grande maioria de homens trans se dá por conta própria, possibilitada por uma rede de contatos que conhecem fornecedores, mercadorias mais confiáveis e melhores preços, em um circuito de compra e venda clandestino (Vieira; Porto, 2019). Para além dessas questões, o acesso à hormonização envolve capital financeiro e social, no tocante às redes de contatos. Pautadas em Bourdieu, Viera e Porto (2019:24) afirmam que:

Ao se dispor de diferentes capitais simbólicos e sociais (Bourdieu, 1998), há uma maior ou mais rápida entrada em manejos corporais desejados que diminuem o sofrimento sociologicamente produzido e colocam esses homens em posições de gênero desejadas. Essa condição reflete, imediatamente, nas relações em que estão inseridos ao serem confrontados com as normas de gênero a partir da legitimidade que reivindicam.

Há de se destacar que o uso de hormônios sintéticos sem acompanhamento médico não é isento de riscos à saúde, no entanto, riscos de morte e adoecimento parecem incapazes de fazer pessoas trans desistirem do processo de transformação corporal. Nesse sentido, segundo Vieira e Porto (2019:23), “as compras de ampolas de testosterona, possivelmente adulteradas, no mercado extraoficial, podem ser riscos tomados como medida urgente de fazer emergir o masculino corporalmente, de ativar os mensageiros do masculino, os hormônios”.

Para Lima (2016), as práticas de hormonização podem ser vistas como práticas subversivas e de resistência, ao mesmo tempo em que produzem processos de assujeitamentos e de controle no uso de medicamentos e da organização da vida com base na medicalização, o que faz com que “a todo instante os homens transexuais se reinventem nas suas formas de ser homem e de construir suas masculinidades” (Lima, 2016:15).

Nesse cenário, é importante compreender que os hormônios constituem um dos elementos imprescindíveis para a compreensão do dispositivo da transexualidade, e o seu uso (com prescrição médica ou não) será contínuo, por toda a vida, única maneira de manter as taxas hormonais do sexo/gênero com os quais a pessoa se identifica. Rego (2014) acrescenta que, para além da hormonioterapia, os homens trans acionam diversas tecnologias para a construção de suas masculinidades, entre elas, a experiência da musculação, que possibilita perceber a materialidade corporal de uma definição social: a masculinidade. Para essa autora, a musculação pode ser vista como uma cirurgia simbólica, uma vez que resulta na produção de força, virilidade e masculinidade, o que a torna, em sua visão, uma tecnologia de gênero.

No entanto, há de se destacar, e por isso voltamos a frisar, não existe **uma** (grifo nosso) masculinidade, o que nos permite pensar em múltiplas masculinidades, entre elas, as diferentes formas de transmasculinidade, o que vem a demonstrar que a masculinidade não é exclusividade da cisgeneridade. Corroborando com essa ideia, Ávila (2015) aponta que não há um modelo universal de transmasculinidades, uma vez que elas são sempre maleáveis e estão em constante produção. Nas palavras da autora (2015:227):

² Cirurgia de retirada do útero.

³ Cirurgia de retirada dos ovários.

⁴ Cirurgia de retirada das mamas.

As transmasculinidades brasileiras podem ser masculinidades alternativas, mesmo estando incluídas em práticas de dominação, subordinação e marginalização. As transmasculinidades, ao produzirem uma masculinidade sem pênis, podem ser tomadas como um desestabilizador de masculinidades hegemônicas, rejeitando a arbitrariedade do sexo e do gênero e questionando a certeza de sermos homens e mulheres.

Como se pode perceber, a maioria dos homens trans busca adequar seu corpo a um estereótipo de masculinidade, buscando se inscrever naquilo que Bourdieu (2012:35) chama de “série de operações de diferenciação”, visando destacar os signos exteriores mais imediatamente conformes à definição social de sua distinção sexual.

4. A Gravidez em homens trans

A possibilidade da subversão da ordem apontada por Bourdieu (2012) nos leva a inferir que homens trans que desejam gestar estão buscando romper com a naturalização da diferença entre feminino e masculino, compondo um novo olhar para a masculinidade: aquela que também pode gestar, desde que não tenham realizado a histerectomia, que não usem testosterona ou que tenham interrompido a reposição hormonal por algum motivo, pelos que não utilizam nenhuma forma de contraceptivo e pelos que assim o desejem.

Em uma das primeiras publicações sobre gestação transmasculina intitulada “O marido grávido: construção familiar e disposição corporal”, Laurence Hérault (2011) elabora reflexões sobre a gravidez de Thomas Beatie, que, em 2008, ganhou muita visibilidade por ser o primeiro homem legalmente registado como tal em um contexto ocidental (Estados Unidos) a vivenciar uma gravidez. Beatie decidiu gestar em solidariedade à sua esposa, o que gerou, à época, destaque na mídia internacional diante dos papéis sociais correspondentes à sua identidade de gênero desempenhados por ele durante e após o período gravídico. Falando também sobre a gravidez de Thomas Beatie, Pereira (2022:24) acrescenta que:

Ao gestar, Thomas Beatie tinha iniciado a hormonização, realizado a mastectomia masculinizadora e retificado legalmente a sua identidade. Este caso, dentre tantos outros, torna-se um referencial ao romper com os pilares reprodutivos cisgêneros, evidenciando as potencialidades do corpo transmasculino e considerando a gestação enquanto um processo que pode constituir, também, sua masculinidade. Isso faz com que se possa compreender que a autonomia sobre o uso de órgãos reprodutores por esses sujeitos diz respeito à garantia de direitos.

Para ter acesso à garantia de direitos (no caso direito reprodutivo), Peçanha (2015) ressalta a necessidade dos serviços de saúde no Brasil garantirem um atendimento que contemple as especificidades que um corpo trans grávido exige, respeitando sua identidade de gênero nos diversos espaços para a realização de seu acompanhamento durante a assistência pré-natal e obstétrica.

Esse direito porém, uma vez atendido, leva homens trans que gestam a vivenciarem um contexto de violência transfóbica e à instauração de vários medos: da perda de passibilidade, do impacto na criança decorrente da hormonização, de lhes ser negada posteriormente a possibilidade de modificação corporal, da negação de direitos laborais face à parentalidade, de perder a custódia dos filhos e das discriminações que tanto eles como os filhos podem sofrer (Karaian, 2013; Rodrigues, 2016; Charter *et al.*, 2018; Toze, 2018; Pinho; Rodrigues; Nogueira, 2020). A esses medos somam-se os achados de Pereira (2022:66,77,88) ao entrevistar homens trans que vivenciaram a gravidez, tais como:

Aumento do desejo em realizar a cirurgia de mastectomia após a gestação, aumento da mama como um dos maiores desconfortos, uso do 'binder' ou 'fita micropore' e sutiã durante a gravidez, incômodo com a voz, uso de casacos de frio como estratégia de ocultação da 'barriga de grávido', inchaço e dor na cicatriz cirúrgica da mastectomia masculinizadora, não se sentir desejado sexualmente pelo parceiro, e não reconhecimento de si mesmo diante da imagem refletida no espelho, além de conviverem com a expectativa da família para que 'destransionassem', voltando 'sua condição de mulher/feminilidade. [...] tendo a gestação entre homens trans lida como algo, essencialmente, feminino e que tensiona as fronteiras de gênero, ocorre aqui práticas de subordinação reproduzidas por companheiros cisgênero sobre as masculinidades construídas pelos homens trans participantes do estudo [...] Nesse conflito subjetivo, o uso das tecnologias de afirmação de gênero, como o 'binder', 'a fita micropore', casacos, blusas de frio e roupas largas, se faz importante como estratégia de manutenção dos estereótipos construídos sob a lógica da masculinidade hegemônica durante a gestação, ocultando as características físicas proporcionadas pela gravidez e consideradas socialmente como 'femininas', contribuindo para promover uma 'passabilidade' desse corpo em espaços públicos, gerando segurança e impactando na sua qualidade de vida.

Sem dúvida, esse cenário se dá porque, ao decidirem engravidar, esses homens questionam a repronormatividade, ou seja, — as forças sociais que incentivam a maternidade, através da materialização da identidade feminina (Carrapeto, 2020). Nesse sentido, irão se deparar com uma assistência pré-natal que se configura como um serviço direcionado às mulheres cisgêneros onde seu "companheiro" desempenha um papel de coadjuvante, indicando que, no olhar biomédico, não existe a possibilidade de a gestação ser resultado de diferentes relações, para além da relação cisgênero e heterossexual, expulsando os sujeitos trans dos regimes de inteligibilidade reprodutiva (Pereira, 2022).

Como visto, a gravidez transmasculina gera uma série de impactos em quem a vivencia, àqueles ao seu entorno e à sociedade em geral. Tais experiências carecem de mais estudos e aprofundamento teórico, que não é objetivo deste artigo. Porém, para efeitos da reflexão aqui proposta, gostaríamos de lançar o seguinte questionamento: se homens trans se submetem a tratamentos que podem colocar em risco sua saúde, como é o caso da hormonioterapia por conta própria, na busca de virilizar-se, despojando-se de tudo aquilo que poderia ser caracterizado como feminino, perseguindo os princípios antagônicos da identidade masculina e da identidade feminina, o seu desejo de gestar não seria um paradoxo, já que a gestação é socialmente vista como atributo do feminino?

A resposta é não, pois segundo Carrapeto (2020:15):

Apesar de à primeira vista, a vivência da gravidez parecer contrária à masculinidade, essa é, na verdade, uma experiência de sua validação, pois alguns homens trans não deixam de se autoperceberem como masculinos no decorrer dessa experiência. Assim, homens que vivenciam a gravidez, não são menos homens comparativamente aos seus pares cis, mas, sim, homens que têm a oportunidade de parir os/as seus/suas próprios/as filhos/as.

Em outras palavras: apesar de o corpo que caracteriza a gravidez ser sempre associado a tudo aquilo que é feminino, homens trans têm a possibilidade de engravidar, e essa gravidez não é representada pelos mesmos como algo contrário do que é ser homem, ideia essa corroborada por Rezende (2015) ao afirmar que a potência de gestar que há nos corpos transmasculinos não é vista como algo que negue sua masculinidade, uma vez que eles (re)significam isso a partir das suas vivências e experiências transmasculinas.

Partindo da ideia de que o regime da maternidade é definido como um conjunto de expectativas culturais ligadas à tradição e traduzidas em práticas legais, políticas e sociais de qualquer país associado à norma procriadora (Roseneil, 2016), a gravidez é pensada dentro de um contexto que envolve relações de poder, relações de gênero, em que o processo reprodutivo é um importante elemento que conecta as pessoas em diferentes espaços e entre diversos sujeitos sociais. Com esse olhar, a gestação aqui pode qualificar também a masculinidade que é vivenciada por homens trans. O fato é que há corpos que gestam, mas esses corpos não devem ser naturalizados enquanto corpos femininos. Engravidar também faz parte do que é ser homem (Souza, 2015). Corroborando com essa ideia, em uma etnografia sobre parentalidades trans e reprodução realizada no Brasil, Monteiro (2018) concluiu que os homens trans atribuíam um significado ao processo de gestação, parto e amamentação, que era englobado na construção subjetiva que faziam da própria masculinidade.

A associação entre gravidez e masculinidade, feita pelos homens trans, está presente na metáfora do cavalo-marinho, metáfora que se pauta no fato de o cavalo-marinho ser um macho que “engravidar”, carrega os ovos fecundados em uma “bolsa” protetora em sua barriga e depois dá à luz os seus filhotes; mesmo assim, continua a ser o macho de sua espécie. Nesse sentido, para os homens trans, a gravidez pode ser uma possibilidade de constituir suas masculinidades, e o que possibilita a gravidez é o fato de a transmasculinidade (e a transgeneridade em geral) ser múltipla (Monteiro, 2017). Acrescente-se que estudos como os de (Charter *et al.*, 2018; Toze, 2018) demonstraram que homens trans grávidos resistem e reorganizam internamente as suas experiências, fora das noções binárias estanques de homem *versus* mulher, ou pai *versus* mãe. A gestação aqui pode qualificar também a masculinidade vivenciada por esses homens.

Donna Haraway, em seu “Manifesto Ciborgue” (1985/2009), apresenta uma perspectiva que vem desconstruir as noções de “naturalidade” e “humanidade” a que os corpos têm sido sujeitos. A autora sugere que a medicina moderna potenciou o surgimento de ciborgues, através de parcerias entre máquinas e seres vivos, ou seja, o recorrente uso de próteses, transplantes, vacinas e psicofármacos na medicina, demonstra o fim da fronteira entre o humano e a máquina. Sendo assim, o ciborgue rejeita a sua naturalidade em vários níveis, nomeadamente na dimensão do corpo, da sexualidade e do gênero. Como tal, a autora sugere que o ciborgue é um ser pós-gênero, regido pela autodeterminação:

Os nossos corpos são os nossos eus; os corpos são mapas de poder e identidade (...). O corpo do ciborgue não busca uma identidade unitária, não produzindo assim dualismos antagônicos sem fim (...). A máquina não é uma coisa a ser animada, idolatrada e dominada. A máquina coincide conosco, com os nossos processos; ela é um aspeto da nossa corporificação. Podemos ser responsáveis pelas máquinas; elas não nos dominam nem nos ameaçam. Nós somos responsáveis pelas fronteiras; nós somos essas fronteiras. (Haraway, 1985/2009:96-7).

Essa perspectiva é importante para o entendimento das especificidades dos corpos e experiências dos homens trans que decidem engravidar, por despatologizar as suas vivências e lhes dar autoridade e autonomia para fazerem as suas próprias escolhas (Carrapeto, 2020).

Importante destacar que a repronormatividade também está espelhada na falta de apoio e encorajamento no que diz respeito à gravidez de homens trans (Riggs; Von Doussa, 2016), uma vez que, como já dito, o poder reprodutivo é reconhecido apenas como feminino. Sendo assim, ela se reflete na existência de jurisdições em alguns países (Finlândia, Latvia, República Checa, Eslováquia, Romênia, Sérvia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Kosovo, Turquia, Chipre, Geórgia e Cazaquistão), que impõem para homens trans uma cirurgia de redesignação sexual, que envolve os genitais, e, conseqüentemente, põe em causa a fertilidade do envolvido, violando os direitos sexuais e reprodutivos dessas pessoas, refletindo também a homofobia instaurada nas

sociedades (Lowik, 2017). Apesar de não haver jurisdição nos demais países, pode-se afirmar que o silenciamento a respeito da gravidez em homens trans também se configura em uma esterilidade simbólica para essa população (Angonese; Lago, 2017).

Homens trans que decidem engravidar através dos seus próprios órgãos reprodutores estão a utilizar estruturas e funções do seu corpo, na mesma medida em que outras pessoas o fazem; e têm, portanto, a capacidade biológica e o direito de exercer a sua parentalidade com recurso à gestação (Monteiro, 2018). Convém ressaltar que não existe uma forma correta ou única de ser pessoa trans. A não binaridade é uma delas. Pode-se dizer que a não binaridade é o termo guarda-chuva para pessoas que não se reconhecem pertencentes a apenas um gênero, ou seja, sua identidade e expressão vão além do masculino e feminino. Também conhecidos como *genderqueer*, indivíduos não binários podem se caracterizar como nenhum dos dois (ausência de gênero), uma mistura ou até gêneros múltiplos.

A categorização como pessoas *genderqueer* se dá com o surgimento da teoria *queer*, em meados dos anos 1990, em contraposição a uma identidade homossexual unificada. Esse movimento se preocupou com a crítica à normalização de gênero, reafirmando a perspectiva da diferença. Assim, moveu-se na análise das desigualdades e de relações de poder dentro e fora das categorias fixas e dadas socialmente, como homem e mulher; e heterossexual e homossexual (Louro, 2001; Butler, 1999). Nessa ótica, a perspectiva de uma interseccionalidade *queer* problematiza e questiona a norma, pois uma simples leitura da orientação sexual ou da raça não dá conta da complexidade de vulnerabilização do sujeito (Rea, Amâncio, 2018). Essa perspectiva também é compartilhada por outras teóricas e teóricos, que defendem que o binarismo da diferença sexual e a heterossexualidade compulsória devem ser ultrapassados, rompendo com uma série de binômios que são utilizados em categorias que se opõem como: homem/mulher; homossexualidade/heterossexualidade; masculino/feminino; natureza/tecnologia (Wittig, 2022; Butler, 2010; Preciado, 2017). Sob essa perspectiva, ao falar em gravidez transmasculina, podemos estar diante de pessoas trans que não se autoidentificam necessariamente nas categorias homem/mulher.

Há de se levar em conta ainda que homens trans e/ou pessoas não binárias que engravidam estão indo na contracorrente da onda neoconservadora instalada no cenário brasileiro e internacional, levando a violações e retrocessos de direitos. Nessa onda neoconservadora, há hierarquia em termos de gênero e sexualidade que prestigia os homens heterossexuais, eleitos como sujeitos ideais para a comparação necessária à apuração do “nível de humanidade” daqueles sujeitos que integram as minorias (Rios, 2020:1341-2). Nesse cenário, é inquestionável que a gravidez de homens se coloca como uma dissidência frente à política neoconservadora à medida que desestabiliza a ideia de gravidez como atributo exclusivo que compõe o feminino e a feminilidade, mas é igualmente inegável que ela não deve deslegitimar a identidade masculina uma vez que homens trans que engravidam não deixam de ser homens; por isso, ao contrário, estão apenas apontando para as múltiplas possibilidades que a diversidade humana abarca - o que se espera que seja respeitado na perspectiva de uma democracia plural.

5 Considerações finais: gravidez em homens trans - paradoxo ou reinvenção da masculinidade?

O corpo e a masculinidade são construções sociais que podem ser questionadas e transformadas. É inegável que a gravidez de homens trans contraria os princípios básicos de paternidade que

costumam orientar os valores do mundo Judaico-cristão-muçulmano. Apenas nesse contexto moralista é que tal fenômeno poderia ser um paradoxo.

Em sendo a masculinidade uma identidade de gênero que não é definida pela capacidade reprodutiva, a gravidez de homens trans também não significa que se trate da reinvenção da masculinidade.

A capacidade de engravidar não afeta a identidade de gênero de um homem trans. A gravidez transmasculina é uma das possibilidades de realização de um desejo pessoal de constituição de família e se constitui em um dos múltiplos fenômenos de expressão de humanidade em sua diversidade. Reflexões sobre a gravidez de pessoas transmasculinas são importantes para combater o preconceito e a discriminação, contribuindo para mudanças estruturais na construção social feita em torno da masculinidade, feminilidade e na própria ideia de concepção.

Bibliografia

- Ávila, S. (2015) *Transmasculinidades: A emergência de novas identidades*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Angonese, M; Lago, M. (2017) *Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica*. *Saúde soc.* 26 (1). Jan-Mar 2017.
- BRASIL. (2012) Ministério da Saúde. Conitec. *Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS*. Relatório n. 69. *Trata da incorporação de novos procedimentos relativos ao Processo Transexualizador no âmbito do SUS*.
- Bourdieu, P. (1998) *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2012) Uma imagem ampliada. In: BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 14-67.
- Butler, J. (1999) *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'*. In: Louro, G. L, (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 151-72.
- Butler, J. (2010) *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carrapeto, PMF. (2020) Onde se questiona a repronormatividade: retratos da gravidez masculina em Berlin. *Dissertação (Mestrado)*. Universidade do Porto. Faculdade de psicologia em Educação. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/130994/3/433769.pdf> Acesso em 10 abr 2023.
- Charter, R. et al. (2018) He transgender parent: Experiences and constructions of pregnancy and parenthood for transgender men in Australia. *International Journal of Transgenderism* 19 (1), 64-77. DOI: <https://doi.org/10.1080/15532739.2017.1399496>.
- De Sá, B. et. al. (2022) *Research, Society and Development*, 11(12).
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1995) *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, v. 2.
- Foucault, M. (2013) *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Héroult, L. (2011) *Le mari enceint: construction familiale et disposition corporelle*. Critique: Centre National des Lettres, 764-765 (1-2), 48-60, DOI: <https://doi.org/10.3917/criti.764.0048>.
- Haraway, D. (2009) Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Tadeu, T. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*, 2. ed, Autêntica, p.33-118.
- Karaian, L. (2013) Pregnant men: Repronormativity, critical trans theory and the re(conceive)ing of sex and pregnancy in law. *Social & Legal Studies*, 22(2), 211-230.
- Lima, FK & Cruz, T da. (2016) Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. *Sex., Salud Sociedad*.
- Louro GL. (2001) Teoria queer: uma teoria pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, 9(2),541-53. doi: 10.1590/S0104-026X2001000200012.
- Lowik, AJ. (2017) Reproducing eugenics, reproducing while trans: The state sterilization of trans people. *Journal of GLBT Family Studies*, 1-21. <https://doi.org/10.1080/1550428X.2017.1393361>.
- Monteiro, AA. (2017) Cavalos-Marinhos: Gestação e masculinidades trans. In: *V Seminário Internacional Enla ando Sexualidades*. Anais.
- Monteiro, AA. (2018) *Homens que Engravidam: Um Estudo Etnográfico sobre Parentalidades Trans e Reprodu o*. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia.
- Peçanha, LMB. (2015) Resignificar e empoderar o corpo: Homem trans grávido e os desafios da adequa o. In: *Seminário Internacional Desfazendo o Gênero*, 2. ed, Salvador. Anais. UFBA, p.1-5.
- Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*
<https://doi.org/10.46661/relies.8091>

- Pereira, DMR. (2022) *Representações sociais da gestação em homens trans*. Dissertação (Mestrado acadêmico) - Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/46255/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Danilo%20Martins%20Roque%20Pereira.pdf> Acesso: 15 mar 2023.
- Pinhos, AR; Rodrigues, L. & Nogueira, C. (2020) (Des)Construção da parentalidade trans: homens que engravidam. *Exaequo*, 41, 195-205.
- Preciado, B. (2017) *Manifiesto contrasexual*. São Paulo, N1 Edições.
- Rea, CA & Amancio, IMS. (2018) Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. *Cadernos Pagu*. (53), e185315.
- Rego, FCVS do. (2014) Hipertrofia muscular como expressão da masculinidade entre homens transexuais: masculinidades e ética antropológica. In: *Reunião Brasileira de Antropologia, 29. ed., 2014, Natal. Anais*. Natal: ABA, p. 1-20.
- Rezende, PS. (2015) *A reprodução enquanto um processo biossocial: estudo etnográfico em uma vila do baixo-sul baiano*. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Pública, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Riggs, DW; Power, J., & Von Doussa, H. (2016) Parenting and Australian trans and gender diverse people: An exploratory survey. *International Journal of Transgenderism*, 17(2), 59-65.
- Rios, RR. (2020) Tramas e interconexões no Supremo Tribunal Federal: Antidiscriminação, gênero e sexualidade. *Revista Direito e Práxis*, 11(2), 1332-1357.
- Rocon, PC. et al. (2017) (Trans)formações corporais: reflexões sobre saúde e beleza. *Saúde Sociedade*. 26(2), 521-532.
- Rodrigues, LGF. (2016) *Viagens trans(gênero) em Portugal e no Brasil: Uma aproximação psicológica feminista crítica*. Tese (Doutorado) - Programa em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Roseneil, S. (2016) Intimate Counter-Normativities: A Queer Analysis of Personal Life in the Early Twenty-First Century 1. In: *The Ashgate research companion to queer theory*. Routledge, p. 397-411
- Stambuk, M.; Milkovic, M. & Maricic, A. (2019) Motivation for Parenthood among LGBTIQ People in Croatia: Reasons for (not) Becoming a Parent. *Revija za sociologiju*, 49(2), 149-173.
- Tornello, S.; BOS, H. (2017) Parenting Intentions Among Transgender Individuals. *LGBT Health*, 4(2), 1-6.
- Toze, M. (2018) The risky womb and the unthinkable of the pregnant man: Addressing trans masculine hysterectomy. *Feminism & Psychology*, 28(2), 194-211.
- Vieira, C. & Porto, RM. (2019) Fazer emergir o masculino: noções de “terapia” e patologização na hormonização de homens trans. *Cadernos Pagu* (55), 195-216.
- Wittig, M. (2022) *O pensamento hétero e outros ensaios*. São Paulo: Autêntica Editora.